

- Maria de Lourdes Pintasilgo:
mulher atenta à proble-
mática da condição
feminina
-

• entrevista

Fundação Cuidar o Futuro

• "Alavanca" CGTP-IP nº44

• jornalista: Elisabete Franca

Maio 81



MARIA DE LOURDES PINTASILGO

PRIMEIRA MINISTRA

Fundação Cuidar o Futuro

ALAVANCA

entrevista



Fundação Cuidar o Futuro



MARIA DE LURDES PINTASILGO

Mulher Atenta à Problemática da Condição Feminina

Personalidade empenhada na construção duma sociedade justa e fraterna, interveniente destacada nas frentes política e cultural com mérito reconhecido aquém e além fronteiras, a ex-Primeira Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo é uma mulher particularmente atenta à problemática da condição

feminina. Justamente do âmbito desta problemática são as questões abordadas na presente entrevista: análise (e também testemunho) sobre a mulher no exercício do poder político, a situação da mulher no trabalho, na sociedade.

Alavanca — Após o 25 de Abril, algumas mulheres têm ocupado os mais elevados cargos governamentais, tendo-se mesmo verificado a ocupação do lugar de topo, no caso do V Governo chefiado pela senhora engenheira. Isso está longe de reflectir, no entanto, a realidade social do país, em termos de equiparação de situações na vida, entre homens e mulheres, tratando-se antes de excepções.

Pensa que, de alguma forma, a experiência colectiva dessas situações excepcionais poderá contribuir para um avanço na situação das mulheres portuguesas, em geral? Se sim, em que medida?

L.P. — Concorro consigo que a situação das mulheres que chegam a ocupar cargos governativos ou outros «lugares de topo» está longe de reflectir a realidade social do país. Penso, no entanto, que essas situações, embora excepcionais, contribuem para que o direito fundamental que é a *igualdade de oportunidades* entre homens e mulheres seja publicamente afirmado e, logo, fortalecido. Pelo próprio carácter de



excepção de que se revestem, tais situações acabam por ter um certo impacto no derrube dos preconceitos que perpetuam a divisão do trabalho entre as pessoas dos dois sexos.

O simples facto de as mulheres exercerem funções governativas, independentemente da forma como o fazem, quebra o carácter quase religioso de que essas funções normalmente se revestem. São funções que se democratizam, se tornam acessíveis a toda a gente, porque acessíveis a um grupo de população que, no seu conjunto, é discriminado.

Alavanca — Essas mulheres não

Valores humanos escondidos ou abafados

Alavanca — Como define, concretamente, esse contributo próprio e específico?

L.P. — No que se refere à prática governativa, há casos — e são esses que importa reforçar — em que as mulheres introduzem qualquer coisa de novo. Em vez de se preocuparem com objectivos programáticos teóricos e abstractos, preocupam-se com as necessidades reais das pessoas concretas. Dão maior atenção a

«Sem o trabalho das mulheres, a economia mundial entraria em colapso de um momento para o outro. O impacto social das mulheres revelar-se-á na medida em que colectivamente elas se aperceberem da força que são e na medida em que derem as mãos a todos os que lutam por uma sociedade nova (...).»

são senão um número mínimo em comparação com todas as mulheres que sofrem discriminação na sociedade.

Não servirão elas de «poeira deitada aos olhos» das outras mulheres?

L.P. — Tem razão em denunciar esse perigo. Nos cargos governamentais, as mulheres podem limitar-se à funcionar como «peças de adorno» ou «excepção que confirma a regra». Nesses casos são realmente «poeira». Contentando-se em copiar os modelos masculinos, são elas próprias que rejeitam a sua solidariedade de base com as outras mulheres, distanciando-se delas nas palavras, nas atitudes e nos actos. Mais, há mesmo casos em que as mulheres parecem sentir-se satisfeitas quando delas se diz «é decidida como um homem», ou «é o único homem forte do gabinete». Essas mulheres poderão encontrar-se no topo da carreira político-administrativa, mas na realidade, não são mulheres libertas; revelam-se incapazes de assumirem com desassombro a sua própria identidade.

Na minha maneira de ver, a conquista da igualdade só por si não chega. Tal igualdade significaria, no limite, que tudo o que o homem estabeleceu constitui a norma certa por excelência... Ora o que me parece importante é a igualdade que salvaguarde a diferença. Como mulheres, interessa-nos seguramente conquistar a igualdade de direitos na teoria e na prática.

Mas não nos interessa menos a manifestação da nossa diferença, o nosso contributo próprio e específico nos vários sectores da vida social.

todos os que, na sociedade, são marginalizados ou mantidos na periferia das preocupações e das decisões políticas. Trazem uma forma diferente de encarar, viver e exercer o poder político.

Ora tudo isto tem que ver com a afirmação das mulheres nos meios onde vivem e trabalham. Tudo isto reforça e sublinha a importância das mulheres na vida social como pessoas autónomas, capazes de introduzirem na vida quotidiana valores humanos até agora escondidos ou abafados...

Alavanca — Numa entrevista dada à revista brasileira «Isto é» (1), a então Primeira Ministra de Portugal apontava como situação ideal para qualquer grupo oprimido vencer a opressão, a sua inserção «(...) no contexto da opressão global sentida pela sociedade».

Algum tempo depois, porém, diria noutra entrevista (2): «Houve uma altura em que as pessoas pensavam que o trabalho profissional era um meio de libertação para a mulher. Ora isso foi desmontado. (...) a imensa maioria das mulheres trabalha por

«O simples facto de as mulheres exercerem funções governativas. (...) quebra o carácter quase religioso de que essas funções normalmente se revestem. São funções que se democratizam. (...) porque acessíveis a um grupo de população que, no seu conjunto, é discriminado.»

necessidades económicas e tem de acumular o trabalho profissional com o trabalho doméstico». Há aqui uma contradição, pelo menos aparente.

Não crê, portanto, que a entrada das mulheres no mundo do trabalho profissional constitua a inserção no contexto inicialmente referido?



L.P. — São duas questões distintas. Tentarei examiná-las separadamente.

A entrada das mulheres no mundo do trabalho profissional é uma condição importante para a tomada de consciência dos seus direitos. O facto de «provarem» que podem ser economicamente autónomas e assumir responsabilidades financeiras relativamente aos que lhes estão pró-

ximos, dignifica as mulheres aos seus próprios olhos e aos olhos da sociedade.

Mas a questão prévia que se põe é de saber se os milhares de mulheres que entram nos circuitos do trabalho profissional experimentam, de facto, a autonomia que lhes advém da sua



Fundação Cuidar o Futuro

situação. E parece que não. Ao horário do trabalho profissional vem somar-se o horário do trabalho doméstico que continua a cair quase inteiramente sobre elas. Além disso, os trabalhos confiados às mulheres, são os que se encontram na base da escala das remunerações, do estatuto profissional, das condições de promoção. Por isso afirmo e afirmo que o trabalho profissional não é, em si mesmo, um meio de libertação para a mulher.

O importante é que a discriminação experimentada no trabalho profissional deixa de ser vivida em termos meramente pessoais para passar a ter outras dimensões. Pelo facto de realizarem as mesmas tarefas que os homens, as mulheres dão-se conta de que a discriminação se exerce pelo simples facto de elas serem mulheres. E a partir dessa tomada de consciência começam a aperceber-se de outras dimensões da

opressão social, na sua globalidade. É assim que se tornam capazes de entrar na luta colectiva por uma sociedade mais justa.

L.P. — É difícil dar-lhe uma resposta adequada. É certo que a dupla tarefa da mulher trabalhadora põe com maior acuidade a discriminação

«(...) o trabalho profissional não é, em si mesmo, um meio de libertação para a mulher»

O importante é que a discriminação experimentada no trabalho profissional deixa de ser vivida em termos meramente pessoais para passar a ter outras dimensões.

Factores de opressão vários incidem sobre mulheres e homens

Alavanca — Não creê ainda que a acumulação pela mulher do trabalho profissional com o trabalho doméstico conduza, a prazo, a uma equitativa divisão deste último entre os membros da família, como prática generalizada?

de que é vítima na vida familiar e leva, por via da tomada de consciência das mulheres, à exigência de uma participação de todos os membros do agregado familiar nas tarefas domésticas.

Não podemos, no entanto, esquecer que, enquanto esperamos por «melhores tempos», as mulheres concretas de hoje vão sucumbindo à enorme sobrecarga que sobre elas pesa. Será possível pensarmos em libertação, em transformação social, quando metade da humanidade vive



Fundação Cuidar o Futuro

sujeita a horários que, somando o mínimo do trabalho doméstico com o mínimo do trabalho profissional, vão das cinquenta às noventa e tal horas semanais?...

Por outro lado, uma mais equitativa divisão das tarefas domésticas entre os membros da família, não nos deve levar a minimizar outros factores de opressão, tanto para as mulheres como para os homens: os horários de trabalho excessivos e irracionalmente concebidos; os transportes públicos irregulares e incómodos; as creches e infantários, concebidos em termos «industriais» e anónimos; os lugares de convívio fora do alcance do orçamento familiar; a concepção urbanística dominante, que impede que subsistam as famílias alargadas, onde conviviam várias gerações e onde se prestavam mutuamente os cuidados necessários, num amplo sentido de solidariedade... (Recorde-se que a família nuclear — pai, mãe e

1 ou 2 filhos — é um produto da sociedade burguesa do século XIX).

«Como mulheres, interessa-nos seguramente conquistar a igualdade de direitos na teoria e na prática. Mas não nos interessa menos a manifestação da nossa diferença, o nosso contributo próprio e específico nos vários sectores da vida social.»

8 de Março: libertação e dignificação, um dia

Alavanca — Ainda recentemente tiveram lugar as comemorações de mais um Dia Internacional da Mulher (8 de Março); designadamente no nosso país, o Movimento Sindical Unitário celebrou a data, um pouco por toda a parte.

Entende que acções desta natureza contribuirão, de algum modo, para modificar a situação discriminada das mulheres?

L.P. — É necessário ter no calendário um Dia da Mulher, para tocar a rebate pelo mundo fora! Para que as mulheres digam que existem, que querem ser pessoas humanas com todos os direitos que as leis consagram a e prática tantas vezes desmente. Para que os homens fiquem a pensar como será que discriminam os seres que lhes estão mais próximos e comecem a perceber que isto não vai durar muito tempo assim. Para que a sociedade inteira tome consciência de que permite a discriminação institucionalizada e em todos os sectores da vida social, do mais público ao mais privado.

Com este sentido, o Dia da Mulher é necessário, embora seja sintoma duma situação errada.

Se formos, porém, à raiz do problema, temos que admitir que não são comemorações deste tipo que trazem soluções. O que importa é que as mulheres sejam reconhecidas naquilo que são, no seu dia a dia. Passou o tempo em que as mulheres aceitavam ser estatisticamente «invisíveis». Hoje, elas sabem que asseguram no mundo inteiro as estruturas fundamentais da sobrevivência, não só nos aspectos alimentar e de saúde como na passagem dos valores culturais de uma geração a outra e no próprio suporte de toda a vida económica. Sem o trabalho das mulheres, a economia mundial entraria em colapso de um momento para o outro.

O impacto social das mulheres revelar-se-á na medida em que colectivamente elas se aperceberem da força que são e na medida em que derem as mãos a todos os que lutam por uma sociedade nova em que os valores da solidariedade, da paz, da

felicidade, não sejam palavras vãs.

Quando isso acontecer, comemoraremos o Dia da Mulher no seu sentido pleno: dia da libertação e dignificação do que há de mais humano em todos nós.

(1) Em Agosto de 1979.
(2) A revista americana MS, em Dezembro de 1979.

